JORNAL DA CIDADE

53 ANOS DE COMPPROMISSO COM A VERDADE

"SEM LIBERDADE DE CRITICAR, NÃO EXISTE ELOGIO SINCERO". BEAUMARCHAIS

Aracaju-SE, 15 de março de 2024 - Ano LIV - Nº 15.057

SEXTA-FEIRA

Sergipe R$ 3,00 - Outros Estados R$ 3,50

PUBLICIDADE LEGAL

ARACAJU(SE), SEXTA-FEIRA, 12 DE ABRIL DE 2024

Centrais Elétricas de Sergipe S.A.

CNPJ nº 23.758.522/0001-52

Demonstrações dos Resultados
Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	4	2.039.221	1.991.989
Custo operacional	5	(1.006.124)	(1.081.193)
Lucro bruto		1.033.097	910.796
Despesas/Receitas operacionais			
Gerais e administrativas	5	(28.375)	(81.593)
Outras receitas (despesas) operacionais	5	58.774	(6.234)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos		1.063.496	822.969
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	6	659.722	305.785
Despesas financeiras	6	(1.450.334)	(1.004.898)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		272.884	123.856
Corrente		-	(17.673)
Diferido	7	(92.019)	(22.114)
Lucro líquido do exercício		180.865	84.069

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanço Patrimonial em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	955.509	222.237
Títulos e valores mobiliários		13.198	-
Contas a receber	9	325.631	262.027
Estoques	10	44.411	47.166
Despesas antecipadas		26.958	26.754
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	7	52.362	27.896
Outros impostos a recuperar	7	36.680	35.820
Operações comerciais com partes relacionadas	17	49.450	-
Adiantamentos a fornecedores		10.465	2.597
Outros		44.280	16.575
		1.558.944	641.072
Não circulante			
Operações comerciais com partes relacionadas	17	4.819	4.819
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	7	121.170	213.189
Outros impostos a recuperar	7	2.691	-
Outros		-	735
		128.680	218.743
Imobilizado	11	8.493.486	9.071.111
Intangível		9.812	166
		8.631.978	9.290.020
Total do ativo		10.190.922	9.931.092
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	12	27.205	388.158
Empréstimos e financiamentos	13	-	214.503
Debêntures	13	89.897	213.028
Arrendamento	14	107.573	84.044
Operações comerciais com partes relacionadas	17	20.533	6.838
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher		257	-
Outros impostos a recolher		17.873	15.924
Obrigações sociais e trabalhistas		1.940	-
Participações nos lucros		6.237	-
Outras obrigações		27.198	25.125
		298.713	947.620
Não circulante			
Fornecedores	12	17.228	-
Empréstimos e financiamentos	13	-	1.841.356
Debêntures	13	4.355.928	1.635.597
Arrendamentos	14	3.195.322	3.363.987
Operações comerciais com partes relacionadas	17	3.942	-
Provisão para contingências	16	-	3.608
		7.572.420	6.844.548
Total do passivo		7.871.133	7.792.168
Patrimônio líquido	18		
Capital social		2.472.754	2.472.754
Reserva de incentivos fiscais		14.676	11.602
Prejuízos acumulados		(167.641)	(345.432)
Total do patrimônio líquido		2.319.789	2.138.924
Total do passivo e patrimônio líquido		10.190.922	9.931.092

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	180.865	84.069
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	180.865	84.069

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social integralizado	Reserva de incentivo fiscal	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º/01/2022		2.271.032	-	(427.211)	1.843.821
Aumento de capital		201.722	-	-	201.722
Lucro líquido do exercício		-	-	84.069	84.069
Incentivo fiscal Sudene		-	11.602	(2.290)	9.312
Saldo em 31/12/2022		2.472.754	11.602	(345.432)	2.138.924
Saldo em 1º/01/2023		2.472.754	11.602	(345.432)	2.138.924
Lucro líquido do exercício		-		180.865	180.865
Incentivo fiscal Sudene	18.2	-	3.074	(3.074)	-
Saldo em 31/12/2023		2.472.754	14.676	(167.641)	2.319.789

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2023	2022
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		272.884	123.856
Ajustes para reconciliar o lucro ao fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	5	387.493	367.633
Juros de arrendamento	14	186.032	184.470
Crédito de Pis e Cofins	5	(59.362)	-
Variação cambial e monetária	6	(156.579)	(208.771)
Rendimento de aplicações (TVM)	6	(114.829)	(57.353)
Juros empréstimos e debêntures	13	513.462	703.958
Desconto financeiro dívida Celse	13	(237.563)	-
Amortização do custo de captação	6	424.778	-
Custos relacionados a captação do empréstimo		-	2.779
Provisão para contingências	16	(3.608)	3.608
		1.212.708	1.120.180
Aumento / (Redução) dos ativos e dos passivos operacionais:			
Adiantamentos a fornecedores		(7.868)	1.114
Despesas antecipadas		(204)	(7.832)
Contas a receber	9	(63.604)	422.544
Impostos a recuperar		44.355	(11.612)
Estoque	10	2.755	14.996
Impostos, taxas e contribuições		2.206	(78.062)
Fornecedores	12	4.157	1.542
Operações comerciais com partes relacionadas	17	(31.813)	2.019
Obrigações trabalhistas e participações nos lucros		8.177	-
Outros ativos e passivos		(24.897)	16.489
		(66.736)	361.198
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos		(13.009)	-
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados nas atividades operacionais		1.132.963	1.481.378
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Resgates/(aportes) em títulos e valores mobiliários		101.631	132.854
Aquisição de imobilizado e intangível		(15.356)	(331.683)
Caixa e equivalentes de caixa líquido gerados (consumidos) nas atividades de investimentos		86.275	(198.829)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento do passivo de arrendamento	14	(252.196)	(265.767)
Integralização de capital social		-	201.722
Captações de financiamentos	13	5.000.000	237.053
Amortizações do principal - financiamentos	13	(5.353.554)	(971.224)
Juros pagos	13	(493.793)	(485.550)
Depósito vinculado	13	613.577	-
Caixa e equivalentes de caixa líquidos (consumidos) nas atividades de financiamentos		(485.966)	(1.283.766)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		733.272	(1.217)
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		222.237	223.454
No fim do exercício		955.509	222.237
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		733.272	(1.217)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31/12/2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional *: CELSE - Centrais Elétricas de Sergipe S.A. ("CELSE" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, fundada em 25/09/2015, com sede no endereço Rodovia Cesar Franco SE-100, Barra dos Coqueiros, Sergipe. É uma controlada indireta da Eneva S.A. A CELSE foi fundada para executar, adquirir, construir, administrar, operar e possuir as instalações e atividades de uma termoelétrica a gás de ciclo combinado de 1,6 GW composta por três turbinas a gás e uma turbina a vapor, além de recuperação de calor, denominada "UTE Porto de Sergipe I". A CELSE foi autorizada a se estabelecer como produtor independente de energia elétrica em 23/11/2015 por um período de 35 anos. Em 2015, a CELSE foi vencedora do Leilão de Energia Nova A-5, por 25 anos. Em janeiro de 2021, a CELSE ficou autorizada a exercer a atividade de comercialização de gás natural na esfera de competência da União, mediante a celebração de contratos registrados na Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A autorização confere o registro como Agente Vendedor de gás natural. *(*) Informações operacionais referentes a capacidade instalada, capacidade contratada, produção e área não são revisadas por auditor independente.* **1.1. Eventos significativos: Reestruturação do endividamento:** A Em 16/10/2023, foi concluído o pré-pagamento dos financiamentos e a recompra das debêntures da 1ª emissão da Celse ocorrida em 15/04/2018. Esse processo foi realizado após obtenção do consentimento dos detentores de títulos de dívida emitidos por Swiss Insured Brazil Power Finance S.à r.l. ("Credit Notes"), que tem como lastro as debêntures da 1ª emissão da Celse. O refinanciamento ocorreu em duas etapas: (i) 2ª emissão de debêntures simples da Celse e (ii) pré-pagamento dos financiamentos e a recompra das debêntures da 1ª emissão, conforme descrito abaixo: **i) 2ª emissão de debêntures simples:** Em 19/09/2023, ocorreu a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em três séries, no valor total de R$5.000.000 (cinco bilhões de reais). A liquidação dessa operação ocorreu no dia 28/09/2023, o valor foi registrado na rubrica "Depósito vinculado – caixa restrito" no balanço patrimonial que será destinado para pagamento conforme descrito abaixo. As características (taxa de juros, prazo de amortização e principal) das séries da 2ª emissão de debêntures estão detalhadas na nota explicativa nº 13 – Empréstimos, financiamentos e debêntures. **ii) Pré-pagamento dos financiamentos e recompra das debêntures da 1ª emissão:** Os recursos obtidos na 2ª emissão de debêntures (descrita no item anterior) foram utilizados da seguinte forma: • 1ª e 2ª Séries serão utilizadas para recompra integral da 1ª emissão de debêntures simples da Celse; e • 3ª Série será utilizada para pré-pagamento integral dos financiamentos com o Inter-American Investment Corporation, Inter-American Development Bank, o China Co-Financing Fund for Latin America and the Caribbean ("Credores Seniores LA1"), e com o International Finance Corporation. Ainda como parte da reestruturação da dívida, houve o resgate antecipado total das debêntures da 1ª série (condição obrigatória estabelecida na escritura da 2ª emissão de debêntures simples da Celse). Essa liquidação foi realizada com a utilização parcial das contas de reserva vinculadas à dívida antiga que foi finalizada. Após a Reestruturação da Dívida e, considerando o resgate antecipado da 1ª série, realizado em 07/11/2023, a dívida total remanescente da Celse após essa data é de R$ 4,5 bilhões, de principal, referente à 2ª Emissão. **2. Base de elaboração e apresentações das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade e base de elaboração:** As demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios encerrados em 31/12/2023 e 2022, foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3 – "Estimativas e julgamentos contábeis críticos". As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por certos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Na preparação destas demonstrações financeiras, as mesmas políticas contábeis foram aplicadas nos exercícios comparativos apresentados. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 28/03/2024. **Declaração de continuidade:** A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Assim, essas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **Declaração de relevância:** Aplicamos a Orientação Técnica OCPC 7, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões. Portanto, todas as informações relevantes usadas na gestão do negócio estão evidenciadas neste documento. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da sua acionista indireta Eneva S.A. As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são reavaliados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. **Práticas contábeis:** As práticas contábeis materiais da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem. **Mudanças nas práticas contábeis e divulgações:** Durante o ano de 2023 a Cia monitorou as novas normas, alterações ou interpretações contábeis emitidas. Segue abaixo uma lista das mudanças ocorridas no período: • CPC 50/IFRS 17 – Contratos de seguro; • CPC 26 – Divulgação de políticas contábeis; • CPC 23 – Definição de estimativa contábil; • CPC 32 – Imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação. A Companhia adotou, sem impactos significativos, as alterações aos novos pronunciamentos que entraram em vigor durante o ano. Recentemente, algumas normas e interpretações contábeis foram emitidas e entraram em vigor a partir de 2024. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma e não espera que elas tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras futuras da Companhia. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As informações sobre estimativas e julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos críticos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **(I) Nota explicativa 11 - Imobilizado; (II) Nota explicativa 7 – Tributos sobre lucros e impostos diferidos; (III) Nota explicativa 16 – Provisão para contingências; 4. Receita operacional líquida: Prática contábil:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. A receita apresentada é a líquida dos tributos sobre vendas, devoluções, abatimentos e descontos. A receita é reconhecida quando a obrigação de desempenho é alcançada, ou seja, quando o controle sobre o produto for transferido para o cliente. A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do período assim se apresenta:

	2023	2022
Receita bruta		
Disponibilidade (ACR) (a)	2.004.446	1.887.750
Venda de energia (ACR) (b)	-	7.621
Venda de energia (ACL) (c)	65.421	321.024
Venda de gás e condensado	171.004	-
	2.240.871	2.216.395
Deduções da receita		
Impostos sobre vendas	(183.580)	(205.017)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D (d)	(18.070)	(19.389)
	(201.650)	(224.406)
Receita operacional líquida	2.039.221	1.991.989

Ambiente de Contratação Regulada (ACR): As receitas decorrem de contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEAR), celebrado entre o agente vendedor e o agente de distribuição, em decorrência dos leilões de energia elétrica. Os CCEARs são especificados por meio dos editais publicados para cada leilão contendo cláusulas e condições fixas e variáveis, que não são passíveis de alteração pelos agentes. Esse tipo de contrato tem como objetivo, minimizar o risco hidrológico, visando um menor custo para o sistema de energia. Os custos decorrentes dos riscos hidrológicos serão assumidos pelos agentes compradores (distribuidoras), e eventuais exposições financeiras no Mercado de Curto Prazo, positivas ou negativas, serão assumidas pelas distribuidoras, com repasse ao consumidor final, conforme mecanismo definido pela Aneel. **(a)** *Disponibilidade ACR (Receita fixa):* Essa modalidade de receita tem por objeto remunerar o empreendimento de geração mantido a disposição do Sistema Nacional Integrado (SIN) para entrar em operação sempre que solicitado pelo Operador Nacional do Sistema ("ONS"). **(b)** *Venda de Energia ACR (Receita Variável):* Além da receita por disponibilidade, como comentado acima, os CCEARs possuem receitas variáveis, cujo valor é definido mensalmente no momento do reconhecimento, de acordo com a demanda requerida pelo ONS. A receita pela venda de energia elétrica é reconhecida por medição equivalente ao volume de energia transferido para o cliente e através de estimativas para mensurar a energia entregue, mas ainda não considerada pelas medições anteriores ao fechamento do exercício. **Ambiente de Contratação Livre (ACL):** O segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica, objeto de contratos bilaterais livremente negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos. **(c)** *Venda de energia ACL:* Na operação de contratação em ambiente livre a Companhia tem o direito de reconhecer a receita de venda de energia pelo valor do MWh. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia. **Deduções da receita: (d)** *Pesquisa e desenvolvimento (P&D):* As empresas reguladas pela ANEEL, têm a obrigatoriedade de atendimento à Lei nº 9.991, de 24/07/2000, e por isso, devem aplicar anualmente o percentual de 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida - ROL para elaboração e execução de projetos de P&D do setor elétrico.

5. Custos e despesas por natureza

	2023	2022
Custo operacional		
Custos regulatórios	(166.054)	(149.888)
Depreciação e amortização	(387.469)	(367.021)
Aluguéis	(666)	(272)
Pessoal	(19.271)	(6.288)
Energia elétrica para revenda	(59.666)	(53.599)
Insumos de geração	(201.569)	(294.420)
Seguros operacionais	(56.341)	(77.186)
Serviços de terceiros	(110.344)	(71.252)
Outros	(4.744)	(61.267)
	(1.006.124)	(1.081.193)
Despesas gerais e administrativas		
Depreciação e amortização	(24)	(612)
Despesas com pessoal	(5.672)	(23.399)
Serviços de terceiros	(22.217)	(52.418)
Outras	(462)	(5.164)
	(28.375)	(81.593)
Outras receitas e despesas operacionais		
Crédito de PIS e Cofins (a)	59.362	-
Outras receitas (despesas)	(588)	(6.234)
	58.774	(6.234)
	(975.725)	(1.169.021)

(a) Créditos extemporâneos de 2021 e 2022 que foram reconhecidos e utilizados no exercício.

6. Resultado financeiro:

	2023	2022
Receitas financeiras		
Aplicação financeira	114.829	75.292
Variação cambial e monetária	36.899	18.821
Desconto financeiro dívida Celse (a)	237.563	-
Variação cambial de arrendamento	254.301	206.517
Outras	16.130	5.155
	659.722	305.785
Despesas financeiras		
Encargos da dívida	(155.452)	(341.466)
Amortização do custo de transação de empréstimos e debêntures	(98.484)	-
Comissão sobre fianças bancárias	(33.474)	(65.749)
Juros de passivos de arrendamento	(186.032)	(184.470)
Juros de debêntures	(358.010)	(297.586)
Variação cambial e monetária	(134.621)	(64.906)
Reestruturação da dívida (a)	(442.008)	-
Pis e COFINS sobre receita financeira	-	(3.731)
Outras	(42.253)	(46.990)
	(1.450.334)	(1.004.898)
Resultado financeiro	(790.612)	(699.113)

(a) As linhas acimas refletem os impactos financeiros do refinanciamento da dívida no exercício mencionada na nota explicativa 1.1. O desconto financeiro de R$ 237 milhões é referente a diferença entre o valor de face do título e o valor efetivamente pago, enquanto a despesa de R$442 milhões é a baixa contra o resultado de todo o montante reconhecido como custo de transação das dívidas liquidadas. **7. Tributos sobre o lucro e impostos diferidos: Prática contábil:** Os tributos de IRPJ e a CSLL são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações dos tributos sobre o lucro com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O IRPJ e a CSLL são apresentados líquidos, no passivo quando há montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data das Demonstrações Financeiras. Os ativos fiscais diferidos decorrentes de perdas fiscais e diferenças temporárias não são reconhecidos quando não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser utilizados. As despesas de IRPJ e CSLL do período são reconhecidas na demonstração do resultado, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. **Estimativas e julgamentos:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os adotados para fins de tributação e sobre prejuízos fiscais na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão compensados. Como evidência para o reconhecimento dos tributos diferidos, foi considerado a abordagem de fluxo de caixa operacional. A projeção dos lucros tributáveis futuros está alinhada com o plano estratégico da Companhia e o período estimado de realização dos impostos diferidos é até 2027. **Tributos a recuperar:** O saldo da conta de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) a recuperar está representado a seguir:

	2023	2022
Imposto de Renda – IRPJ	33.837	21.869
Contribuição Social – CSLL	18.525	6.027
Circulante	52.362	27.896

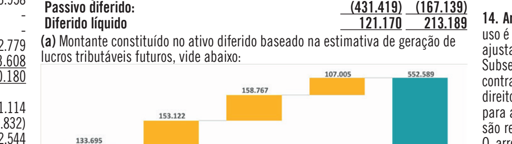
Os demais tributos a recuperar estão compostos por:

	2023	2022
ICMS	35.573	35.573
PIS	596	-
COFINS	3.120	69
ISS	73	73
Outros	9	105
Total	**39.371**	**35.820**
Circulante	**36.680**	**35.820**
Não Circulante	**2.691**	-

Impostos diferidos: Composição dos tributos diferidos por natureza (ativos e passivos):

	2023	2022
Prejuízo fiscal/ Base negativa	**163.203**	**155.286**
Diferenças temporárias:		
Provisões ativas	2.657	1.753
Direito de uso	386.729	223.289
Ativo diferido:	**552.589 (a)**	**380.328**
Arrendamento a pagar	(391.405)	(167.139)
Depreciação Acelerada	(40.014)	-
Passivo diferido:	**(431.419)**	**(167.139)**
Diferido líquido	**121.170**	**213.189**

(a) Montante constituído no ativo diferido baseado na estimativa de geração de lucros tributáveis futuros, vide abaixo:



Expectativa de realização anual dos impostos diferidos

Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado: Em 31/12/2023, os tributos calculados sobre o lucro líquido compreendem o Imposto de Renda (IRPJ) (alíquota de 15% e adicional de 10%) e a Contribuição Social (CSLL) (alíquota de 9%). A conciliação do valor calculado pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de IRPJ e CSLL é demonstrada a seguir:

	2023	2022
Resultado do período antes do IRPJ/CSLL	272.884	123.856
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ/CSLL à alíquota nominal	(92.781)	(42.111)
Outras diferenças permanentes	(260)	33
Tributos não constituídos	1.022	-
Redução benefício SUDENE e PAT	-	2.291
IRPJ e CSLL correntes e diferidos	(92.019)	(39.287)
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	-	(17.673)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	(92.019)	(22.114)
Total	(92.019)	(39.787)
Alíquota efetiva	33,72%	32,12%

8. Caixa e equivalentes de caixa: Prática contábil: Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de alta liquidez, e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras em CDBs e Fundos de investimentos possuem garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras.

	2023	2022
Caixa e bancos	402.149	178.139
Fundos de investimentos (a)	553.360	-
CDBs	-	44.098
	955.509	222.237

(a) Trata-se do fundo exclusivo de investimentos em Cotas de FI Renda Fixa Crédito Privado Eneva administrado pelo Banco Itaú. Em 31/12/2023, o saldo está composto somente por operações compromissadas, lastreadas por títulos públicos federais, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável. Essas operações possuem garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras. **9. Contas a receber: Prática contábil:** Correspondem aos valores faturados pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. Inicialmente, o reconhecimento é pelo valor justo e, subsequentemente, mensurado pelo custo amortizado, ajustado ao valor presente deduzido da perda de crédito esperada (PCE)

	2023	2022
Ambiente de contratação regulada (ACR)	325.631	247.530
Venda de energia	-	14.436
Venda de sucata	-	61
	325.631	262.027

Avaliação do risco de crédito: O mercado de energia é um ambiente altamente regulado, com mecanismos mitigatórios ao risco de inadimplência dos seus agentes. A segurança financeira do mercado está pautada no modelo de câmara de compensação multilateral e centralizada. As operações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) são contabilizadas e liquidadas de forma multilateral, não havendo indicação de parte e contraparte. Esse modelo é benéfico para os agentes individualmente e para a estabilidade do mercado como um todo, minimizando a probabilidade de impactos negativos. Dessa forma, todos os agentes são garantidores das operações a serem liquidadas. Adicionalmente, para os contratos comercializados bilateralmente, é realizada uma análise de risco frente às contrapartes, antes da operação, através de informações auditadas, de informações de mercado, da situação atual da empresa e, posteriormente, através do registro do contrato na CCEE e acompanhamento da empresa em relação aos pagamentos, que em caso de atraso, a energia negociada não é registrada e a contraparte fica com um déficit de energia, sujeito ao preço da energia atual no mercado (PLD) e à multa na Câmara Comercializadora de Energia Elétrica (CCEE). **10. Estoque: Prática contábil:** Os estoques da Companhia são essencialmente compostos por materiais ou insumos a serem consumidos ou transformados no processo de geração de energia e exploração de gás. Eles são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, o menor dos dois. A mensuração dos estoques inclui também qualquer redução ao valor realizável líquido desses ativos. Os estoques de insumo são avaliados com base na média ponderada móvel.

	2023	2022
Gás Natural Liquefeito (GNL)	18.016	26.359
Material para operação e manutenção (O&M)	26.364	20.807
Lubrificantes e químicos	31	-
	44.411	47.166

11. Imobilizado: Prática contábil: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. **Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com esses gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. **Avaliação de impairment:** Segundo o pronunciamento técnico CPC 01 (IAS 36) - Redução ao valor recuperável de ativos, a entidade deve avaliar a cada período de divulgação, se existem indicações de uma possível desvalorização no valor do ativo (imobilizado e intangível). Se houver alguma evidência, deve-se calcular o seu valor recuperável, este que é determinado pela maior importância monetária entre o valor líquido de venda e seu valor em uso. A Companhia avaliou que não foi necessário a realização do teste de recuperabilidade pois não foi identificado nenhum indicativo de perda.

Composição dos saldos

2023

	Terrenos	Edificações, obras civis benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Imobilizado em curso	Direito de uso *	Total
Faixa de depreciação	-	25 a 50 anos	5 a 40 anos	16 anos	-	1 a 28 anos	-
Custo							
Saldo em 31/12/2022	7.567	696.197	5.307.424	6.844	346.699	3.713.027	10.077.758
Adições	-	11	40.454	168	9.138	175.329	225.100
Baixas	-	-	(67.327)	(353)	(347.577)	-	(415.257)
Transferências	-	1.027	(228.755)	(274)	228.001	-	-
Saldo em 31/12/2023	7.567	697.236	5.051.796	6.385	236.261	3.888.356	9.887.601
Depreciação							
Saldo em 31/12/2022	-	(140.044)	(474.078)	(2.318)	-	(390.207)	(1.006.647)
Adições	-	(20.357)	(200.650)	(494)	-	(165.967)	(387.468)
Saldo em 31/12/2023	-	(160.401)	(674.728)	(2.812)	-	(556.174)	(1.394.115)
Valor contábil							
Saldo em 31/12/2022	7.567	556.153	4.833.346	4.526	346.699	3.322.820	9.071.111
Saldo em 31/12/2023	7.567	536.835	4.377.068	3.573	236.261	3.332.182	8.493.486

* *Refere-se principalmente ao direito de uso do afretamento de uma unidade flutuante de armazenagem e regaseificação (Navio) relacionados à atividade de armazenagem e regaseificação de gás natural (Floating Storage Regasification Unit - FSRU) da Celse. O ativo é depreciado de forma linear durante o período contratual ou até o final da sua vida útil.*

2022

	Terrenos	Edificações, obras civis benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Imobilizado em curso	Direito de uso	Total
Faixa de depreciação	-	25 a 50 anos	5 a 40 anos	16 anos	-	1 a 28 anos	-
Custo							
Saldo em 31/12/2021	7.567	683.973	5.171.379	6.308	329.679	3.469.941	9.668.847
Adições	-	12.224	175.971	190	331.683	243.086	763.154
Baixas	-	-	(6.140)	(66)	(348.073)	-	(354.243)
Transferências	-	-	(33.822)	412	33.410	-	-
Saldo em 31/12/2022	7.567	696.197	5.307.424	6.844	346.699	3.713.027	10.077.758
Depreciação							
Saldo em 31/12/2021	-	(153.974)	(241.839)	(1.697)	-	(241.562)	(639.072)
Adições	-	13.930	(232.239)	(621)	-	(148.645)	(367.576)
Saldo em 31/12/2022	-	140.044	(474.078)	(2.318)	-	(390.207)	(1.006.647)
Valor Contábil							
Saldo em 31/12/2021	7.567	529.999	4.929.540	4.611	329.679	3.228.379	9.029.775
Saldo em 31/12/2022	7.567	556.153	4.833.346	4.526	346.699	3.322.820	9.071.111

12. Fornecedores: Prática contábil: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Eles são inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado com uso de taxa efetiva de juros.

	2023	2022
Geração de energia	1	45.695
Construção da usina	-	109.266
Manutenção das usinas	4.654	177.707
Contas a pagar setor elétrico	14.864	3.317
Outros	24.914	52.173
	44.433	388.158
Circulante	27.205	388.158
Não circulante	17.228	-

13. Empréstimos, financiamentos e debêntures: Prática contábil: Os empréstimos, financiamentos e as debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. A Administração da Companhia avaliou que a melhor divulgação dos juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures é por meio dos fluxos de caixa de financiamentos, pois o custo desses passivos financeiros está intrinsicamente ligado à obtenção de recursos para financiamento dos negócios da Companhia. **Depósitos vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures:** A Companhia avalia se os depósitos vinculados aos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures atendem aos seguintes critérios: *a. não estão condicionados a eventos futuros; e b. são legalmente executáveis, no curso normal dos negócios, no caso de inadimplência e no caso de insolvência ou falência.* Dessa forma, o valor dos depósitos vinculados é apresentado junto aos empréstimos, financiamentos e debêntures a eles relacionados, assim como é apresentado dentro do fluxo de caixa de financiamentos na demonstração do fluxo de caixa. **Covenants financeiros e não financeiros:** Os covenants são monitorados regularmente e reportados para a Administração, para garantir que o contrato seja cumprido. Em 31/12/2023, as condições dos covenants encontram-se atendidas. **Reestruturação da dívida:** Conforme mencionado na nota explicativa 1.1 – eventos significativos, a Celse finalizou a sua reestruturação de dívida, que se deu através da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em três séries, para distribuição pública da Celse datada de 21/09/2023, conforme aditada, no valor total de R$ 5,0 bilhões ("2ª Emissão") para consequente (i) pré-pagamento integral da dívida com o Inter- American Investment Corporation, Inter-American Development Bank, o China Co-Financing Fund for Latin America and the Caribbean e o International Finance Corporation e (ii) realização de recompra mandatória integral da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, e por fim o prépagamento integral das Credit Notes ("Reestruturação da Dívida"). As características (taxa de juros, prazo de amortização e principal) das séries da 2ª emissão de debêntures estão detalhadas nesta nota explicativa. Após a Reestruturação da Dívida e, considerando o resgate antecipado obrigatório total das debêntures da 1ª série, estabelecido na escritura da 2ª Emissão e realizado em 07/11/2023, a dívida total remanescente da Celse após essa data será de R$4,5 bilhões, de principal, referente à 2ª Emissão. Ainda no mesmo comunicado ao mercado, o Conselho de Administração da Eneva S.A. aprovou a proposta de incorporação da Celse pela própria Eneva S.A.. Tal incorporação ainda está pendente de aprovação pela assembleia geral de acionistas a ser convocada. **Custos de captação:** A Companhia incorreu em custos que são diretamente atribuíveis à emissão de debêntures para o refinanciamento da dívida, tais como taxas e comissões pagas a agentes, consultores, advogados, corretores e distribuidores, taxas de órgãos reguladores, taxas de transferência e taxas. Estes custos não incluem prêmio ou desconto de dívida, custos de financiamento ou custos internos administrativos ou de detenção. Os custos da transação são capitalizados e amortizados ao longo da vida da dívida relacionada. Os valores pagos antecipadamente da emissão da dívida são refletidos como ativos não circulantes.

Empréstimos e financiamentos

Credor	Moeda	Taxas de juros	Taxas efetivas	Vencimento	2023 Custo de captação a apropriar	2023 Principal	2023 Juros	2023 Total	2022 Custo de captação a apropriar	2022 Principal	2022 Juros	2022 Total
IFC	R$	IPCA + 9,78%	-	15/04/2032	-	-	-	-	(25.034)	907.454	17.985	900.405
IDB	R$	IPCA + 9,60%	-	15/04/2032	-	-	-	-	(23.795)	750.748	14.605	741.558
IDB USD	R$	USD + SOFR + 5,4%	-	15/04/2032	-	-	-	-	(4.080)	177.290	3.818	177.028
China Fund	R$	USD + SOFR + 5,4%	-	15/04/2032	-	-	-	-	(5.368)	233.278	5.023	232.933
ECG					-	-	-	-	-	-	3.935	3.935
					-	-	-	-	(58.277)	2.068.770	45.366	2.055.859
Depósitos vinculados					-	-	-	-	-	-	-	-
					-	-	-	-	(58.277)	2.068.770	45.366	2.055.859
Circulante					-	-	-	-	(58.277)	227.414	45.366	214.503
Não Circulante					-	-	-	-	-	1.841.356	-	1.841.356

Debêntures

Credor	Moeda	Taxas de juros	Taxas efetivas*	Vencimento	2023 Custo de captação a apropriar	2023 Principal	2023 Juros	2023 Total	2022 Custo de captação a apropriar	2022 Principal	2022 Juros	2022 Total
Credor												
1ª emissão - 1ª Série	R$	9,85%	-	30/04/2032	-	-	-	-	(562.278)	2.963.662	60.817	2.462.201
2ª emissão - 1ª Série	R$	CDI + 1.70%	-	13/04/2024	-	-	-	-	-	-	-	-
2ª emissão - 2ª Série	R$	CDI + 2,50%	12,59%	15/09/2028	(115.786)	2.700.000	94.868	2.679.082	-	-	-	-
2ª emissão - 3ª Série	R$	IPCA + 7,49%	12,16%	15/09/2030	(79.991)	1.814.189	32.545	1.766.743	-	-	-	-
					(195.777)	4.514.189	127.413	4.445.825	(562.278)	2.963.662	60.817	2.462.201
Depósitos vinculados					-	-	-	-	-	(613.576)	-	(613.576)
					(195.777)	4.514.189	127.413	4.445.825	(562.278)	2.350.086	60.817	1.848.625
Circulante					(37.516)	-	127.413	89.897	(562.278)	714.489	60.817	213.028
Não Circulante					(158.261)	4.514.189	-	4.355.928	-	1.635.597	-	1.635.597

· Cálculo das taxas efetivas leva em consideração indexadores acumulados nos últimos 12 meses: Dez-23 - CDI de 13,05% e IPCA de 4,68%

Abaixo, é demonstrada a movimentação dos empréstimos e debêntures (circulante e não circulante):

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures
Saldo em 31/12/2022	2.055.859	1.848.625
(+) Novas captações	-	5.000.000
(+) Juros incorridos	155.452	358.010
(+/-) Variação cambial	(4.439)	-
(+/-) Variação monetária	64.684	14.189
(-) Pagamento de principal	(2.127.455)	(3.226.099)
(-) Pagamento de juros	(202.378)	(291.415)
(+/-) Desconto financeiro dívida Celse	-	(237.563)
(+/-) Custo de captação	58.277	366.501
(+/-) Depósitos vinculados	-	613.577
Saldo em 31/12/2023	-	4.445.825

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures
Saldo em 31/12/2021	2.534.502	2.499.319
(+) Novas captações	237.053	-
(+) Juros incorridos	199.787	297.586
(+/-) Variação cambial/ monetária	64.905	-
(-) Pagamento de principal	(808.687)	(149.544)
(-) Pagamento de juros	(184.895)	(300.655)
(+/-) Custo de captação	9.967	68.448
(+) Taxa de comprometimento	16.220	-
(-) Pagamento de taxa comprometimento	(12.993)	-
(+/-) Depósitos vinculados	-	(613.576)
(-) Deságio	-	47.047
Saldo em 31/12/2022	2.055.859	1.848.625

As parcelas das debêntures classificadas no passivo não circulante em 31/12/2023 têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	Debêntures
2025	624.961
2026	634.617
2027	644.402
2028 até o último vencimento	2.451.948
	4.355.928

14. Arrendamento a pagar: Prática contábil: Inicialmente, o ativo de direito de uso é mensurado ao custo, o que inclui o valor inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento feito no momento ou antes da data de início. Subsequentemente, o ativo é depreciado de forma linear durante o período contratual ou até o final da sua vida útil. A Companhia não reconhece os ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos com um período inferior a 12 meses e/ou para arrendamentos de baixo valor. Os pagamentos associados a esses contratos são reconhecidos como uma despesa em base linear durante o prazo contratual. O arrendamento mercantil inclui o afretamento de uma unidade flutuante de armazenagem e regaseificação (Navio) relacionados à atividade de armazenagem e regaseificação de gás natural. A solução logística para o fornecimento de gás à UTE Porto de Sergipe I foi por meio do afretamento de uma unidade flutuante de armazenagem e regaseificação (Floating Storage Regasification Unit - FSRU), o navio Energos Nanook, junto à antiga controladora indireta Golar Power Ltda. O contrato de operação e serviços foi assinado em 23/03/2018 e tem período contratual vigente até 31/12/2044. O contrato estabelece o pagamento da taxa diária no valor de USD 114 mil dólares americanos/dia ou valor proporcional por parte do dia adicionado a taxa de serviço nos termos do contrato. A taxa diária será corrigida anualmente nos meses de março e abril de acordo com o CPI (índice de preços ao consumidor americano). Para 2023, a taxa CPI foi de 4,9850%.

Abaixo a movimentação do passivo arrendamento:

Saldo em 31/12/2022	3.448.031
Juros do período	186.032
Adições por novos contratos	18.204
Ajustes por remensuração	157.125
Variação cambial	(254.301)
Contraprestações pagas	(252.196)
Saldo em 31/12/2023	3.302.895
Saldo em 31/12/2021	3.492.948
Juros do período	184.479
Ajustes por remensuração	243.086
Variação cambial	(206.706)
Contraprestações pagas	(265.767)
Saldo em 31/12/2022	3.448.031

A Companhia ao mensurar o passivo de arrendamento do Floating Storage Regasification Unit (FSRU), descontou os pagamentos de arrendamentos utilizando taxa incremental de 5,93% a.a.

O fluxo de pagamento dos contratos está demonstrado abaixo:

Vencimento das prestações	
2024	107.134
2025	102.023
2026	95.487
2027	100.686
2028	106.949
2029 até o último vencimento	2.790.616
Total	3.302.895

15. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: Prática contábil: Um ativo e um passivo financeiro são reconhecidos quando uma entidade se tornar parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão são adicionados ou reduzidos. **Classificação e mensuração subsequente:** Geralmente, ativos e passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto em algumas circunstâncias, que incluem determinados ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Quando ativos e passivos financeiros mensurados a custo amortizado têm seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivativos são mensurados subsequentemente ao valor justo por meio do resultado. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente às vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, sendo essa determinação prevista na política de finanças vigente. Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na sua falta, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Segue abaixo a característica de cada classificação: (i) Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e cujo modelo de negócios tem como objetivo manter o ativo para receber seus fluxos de caixa contratuais; (ii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e cujo modelo de negócios tem como objetivo tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto a sua venda, bem como investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente que, no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e (iii) Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. No caso da Companhia, esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente está demonstrada a seguir: (i) **Nível I:** são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) **Nível II:** são informações, que não incluem os preços cotados no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; (iii) **Nível III:** são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados e mensurados como segue:

	2023 Custo amortizado	2023 Valor justo por meio do resultado abrangente	2023 Valor justo por meio do resultado	2023 Total	2022 Custo amortizado	2022 Valor justo por meio do resultado abrangente	2022 Valor justo por meio do resultado	2022 Total
Ativos financeiros						-	-	
Caixa e equivalente de caixa	402.149	-	553.360	955.509	222.237	-	-	222.237
Títulos e valores mobiliários	-	-	13.198	13.198	-	-	-	-
Contas a receber	325.631	-	-	325.631	262.027	-	-	262.027
Operações comerciais com partes relacionadas	54.269	-	-	54.269	4.819	-	-	4.819
	782.049	-	566.558	1.348.607	489.083	-	-	489.083
Passivos financeiros								
Fornecedores	44.433	-	-	44.433	388.158	-	-	388.158
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	2.055.859	-	-	2.055.859
Debêntures	4.445.825	-	-	4.445.825	1.848.625	-	-	1.848.625
Operações comerciais com partes relacionadas	24.475	-	-	24.475	6.838	-	-	6.838
Pesquisa e desenvolvimento – setor - elétrico	-	-	-	-	18.345	-	-	18.345
Arrendamentos	3.302.895	-	-	3.302.895	3.448.031	-	-	3.448.031
	7.817.628	-	-	7.817.628	7.765.856	-	-	7.765.856

Estimativa do valor justo: Alguns instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, em função do seu ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do seu saldo contábil. O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. Demonstramos abaixo o valor justo dos passivos financeiros mensurados a custo amortizado:

	2023 Nível 1	2023 Nível 2	2023 Nível 3	2023 Total	2022 Nível 1	2022 Nível 2	2022 Nível 3	2022 Total
Passivos financeiros								
Debêntures	-	4.490.006	-	4.490.006	-	1.848.538	-	1.848.538
	-	4.490.006	-	4.490.006	-	1.848.538	-	1.848.538

Risco de mercado: Principais riscos de mercado: taxa de câmbio, de juros e preço de commodities: Risco de taxa de câmbio: A Companhia assumiu, em conjunto a outros passivos financeiros, dívidas indexadas à variação de moeda estrangeira (dólar americano). Os potenciais efeitos dessa exposição ao patrimônio da Companhia são monitorados continuamente. A Companhia destaca que as dívidas responsáveis pela geração dessa exposição serão alvo de pré-pagamento, no âmbito da reestruturação da dívida, conforme Fato Relevante divulgado em 13/09/2023 e Comunicado ao Mercado divulgado em 21/09/2023. Ainda no contexto de exposições em moeda estrangeira, a CELSE realiza desembolsos em Dólar Americano referentes ao custo de operação da Unidade Flutuante de Armazenamento e Regaseificação (FSRU), que fica atracada no Porto de Sergipe, dedicada à operação da UTE Porto de Sergipe I. Com a finalidade de verificar a sensibilidade dessa exposição, foram definidos 3 diferentes cenários. Como cenário provável, a Companhia utilizou a taxa de câmbio na data de fechamento da transação para estimar o que seriam as despesas financeiras brutas para os próximos 12 meses. Como cenários alternativos, a Companhia calculou qual seria a perda financeira para os próximos 12 meses caso a taxa de câmbio fosse deslocada em 25% e 50%, respeitando os prazos de pagamento do contrato.

	Cenário provável	Cenário I (alta 25%)	Cenário II (alta 50%)
Risco de fluxo de caixa:			
Passivo indexado ao Dólar Americano	251.803	314.754	377.704
Despesa financeira esperada	251.803	314.754	377.704
Aumento da despesa financeira	-	62.951	125.901

Risco de taxas de inflação e de juros flutuantes: A Companhia tem passivos indexados ao mercado flutuante de juros no segmento dos depósitos interbancários (DI) e no mercado inflacionário com a correção dada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em 31/12/2023, a Companhia possuía passivos indexados pela Secured Overnight Financing Rate (SOFR), os quais foram pré-pagos no âmbito da reestruturação da dívida da Companhia, iniciada em 13/09/2023, conforme Comunicado ao Mercado divulgado pela Eneva S.A. nesta data, e finalizado em 16/10/2023, conforme Fato Relevante divulgado pela Eneva S.A. nesta data. Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores das dívidas aos quais a Companhia estava exposta, foram definidos 3 diferentes cenários. Como cenário provável, a Companhia utilizou projeções de mercado para estimar o que seriam as despesas financeiras brutas para os próximos 12 meses. Como cenários alternativos, a Companhia calculou qual seria a perda financeira para os próximos 12 meses caso as curvas de CDI, IPCA e SOFR fossem deslocadas em 25% e 50% respeitando os prazos de pagamento de cada linha.

	Cenário provável	Cenário I (alta 25%)	Cenário II (alta 50%)
Risco de *Cash Flow*:			
Passivo indexado ao CDI	241.769	268.140	294.248
Despesa financeira esperada	241.769	268.140	294.248
Aumento da despesa financeira	-	26.371	52.479

Metodologia: deslocamento paralelo para cima das curvas de juros em 25% e 50%. CDI Médio 12M: 13,05% (Fonte: Curva Referencial B3). **Risco de variação de preço (commodities):** No caso da Companhia, esse risco está associado ao preço do GNL, que é importado via contrato de longo prazo para utilização na geração de energia na termelétrica Porto de Sergipe I. O período entre a compra das commodities e sua utilização para geração de energia se configura como o risco de variação de preço. Porém, cabe destacar que a estrutura contratual do CCEAR prevê o repasse do custo com a commodity na receita variável (como um dos componentes dessa receita). Dessa forma, o risco de resultados negativos produzidos pela variação do preço dos insumos é mitigado. **Risco de liquidez:** A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa suficiente e capacidade de liquidar posições de mercado. Os valores reconhecidos em 31/12/2023 e 31/12/2022 classificados por data de vencimento são os seguintes:

2023

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos						
Fornecedores	17.966	9.239	17.228	-	-	44.433
Arrendamentos	62.556	45.017	93.430	301.783	2.800.109	3.302.895
Debêntures	234.016	241.363	1.124.932	2.989.335	2.622.662	7.212.308
Operações comerciais com partes relacionadas	-	20.533	3.942	-	-	24.475
	314.538	316.152	1.239.532	3.291.118	5.422.771	10.584.111

2022

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos						
Fornecedores	33.698	354.460	-	-	-	388.158
Arrendamentos	40.364	43.680	182.629	312.169	2.869.189	3.448.031
Empréstimos e financiamentos	198.123	165.542	343.490	1.281.295	1.912.343	3.900.793
Debêntures	299.295	245.575	476.215	1.562.231	1.889.947	4.473.263
Operações comerciais com partes relacionadas	6.838	-	-	-	-	6.838
	578.318	809.257	1.002.334	3.155.695	6.671.479	12.217.083

Risco de crédito: O risco de crédito decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas em função da inadimplência de suas contrapartes, de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa. A Companhia adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto. A Companhia possui uma política de aplicações financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de rating como referencial para limitar o montante aplicado. Os créditos relacionados a caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados estão expostos a baixos riscos devido à classificação dos bancos de 1ª linha (AAA e AA), com os quais a Companhia tem relacionamento. A avaliação de risco de crédito de contas a receber e comercialização de energia estão descritos na nota explicativa nº 9 – Contas a receber.

	2023	2022
Posições do risco de crédito		
Caixa e equivalentes de caixa	955.509	222.237
Títulos e valores mobiliários	13.198	-
Depósitos vinculados	-	613.576
Contas a receber de clientes	325.631	262.027
	1.294.338	1.097.840

16. Provisão para contingências: Prática contábil: A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, para os quais são constituídas provisões quando é provável uma saída de recursos para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser realizada. Os passivos contingentes significativos avaliados como de risco possível e remoto não são provisionados. Os processos avaliados como de risco possível são divulgados em notas explicativas. A probabilidade de saída de recursos é baseada em avaliação e qualificação dos riscos. Essa avaliação é suportada pelo julgamento e pela experiência da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis. As avaliações de risco e os valores estimados podem divergir dos que vierem a ser incorridos pela Companhia. O saldo da provisão para contingências no período findo em 31/12/2023 é apresentado abaixo:

	2022	Reversões	Atualizações	2023
Cíveis	3.608	(3.779)	171	-
Total	3.608	(3.779)	171	-

Contingências com risco possível (não requerem constituição de provisão): Os processos judiciais e administrativos que não estão provisionados, por envolverem prognóstico de perda determinado como possível pela Companhia com auxílio de seus advogados e assessores jurídicos, são apresentados a seguir:

	2023	2022
Ambientais	4.136	-
Regulatórios *(a)*	120.000	-
Cíveis *(b)*	648.276	587.566
Tributários *(c)*	26.424	-
Total	798.836	587.566

(a) A CELSE é parte em Mandado de Segurança impetrado contra a ANEEL para impedir a cobrança do ressarcimento dos CCEARs pela CCEE antes da definição da metodologia de cálculo da indisponibilidade da UTE Porto de Sergipe I pela agência. Foi deferida medida liminar em favor da CELSE para suspender o pagamento do ressarcimento, bem como impedir a aplicação de qualquer tipo de oneração sobre a receita de seus contratos até a apreciação definitiva da questão em âmbito administrativo. Os efeitos da liminar foram mantidos em sentença. UTE Porto de Sergipe I pela ANEEL em âmbito administrativo. Foi proferida decisão liminar em favor da Companhia. ***(b)*** *A CELSE é parte em procedimento arbitral em trâmite perante a ICC desde data anterior à operação de aquisição realizada pela Eneva, cuja discussão envolve contrato celebrado com fornecedor de serviços de construção e montagem. A Eneva tem direto de regresso contra os antigos acionistas da controlada em caso de condenação neste procedimento. Além disso, a Companhia é parte em ações ajuizadas por moradores do entorno do Complexo Termoelétrico do Porto de Sergipe I, por meio das quais buscam reparações pecuniárias individuais por supostos danos materiais e morais decorrentes da instalação do empreendimento. Até a publicação desta Demonstração Financeira, não foram proferidas decisões relevantes em nenhum dos processos citados.* ***(c)*** *Trata-se de Autos de Infração lavrados pelo Município de Barra dos Coqueiros para exigir da CELSE o ISS sobre as receitas de afretamento do navio FSRU, referentes anos de 2020, 2021 e 2022. Esclarecemos que, em caso de desfecho desfavorável, a Eneva S.A. possui direito de regresso contra os vendedores da CELSE, conforme estabelecido em instrumento particular celebrado.* **17. Partes relacionadas: Prática contábil:** As transações de compra e de venda de energia, de prestação de serviços são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, as quais são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos. **Acionista:** A Companhia possui como acionista controlador indireto a ENEVA S.A. O quadro societário apresenta a Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A. com 100% de participação. **Remuneração dos membros da diretoria:** De acordo com a Lei nº 6.404/1976 e com o estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante anual global ou individual da remuneração anual dos administradores. **Empresas Ligadas:** A Companhia possui como principais empresa ligadas: Eneva S.A, Eneva Comercializadora de Energia S.A. e Focus Energia Saldos de ativos, passivos e efeitos em resultado de transações com partes relacionadas estão representados da seguinte forma:

	Ativo 2023	Ativo 2022	Passivo 2023	Passivo 2022	Resultado 2023	Resultado 2022
Operações comerciais						
Eneva Comercializadora de Energia S.A. (a)	32.967	-	20.533	6.838	(47.263)	6.462
Focus Energia (a)	16.483	-	-	-	-	-
Eneva S.A. (b)	4.814	4.814	3.942	-	(12.890)	-
Outras	5	5	-	-	-	-
	54.269	4.819	24.475	6.838	(60.153)	6.462
Circulante	49.450	-	20.533	6.838	-	-
Não circulante	4.819	4.819	3.942	-	-	-

(a) Saldo entre empresas do grupo Eneva, relativo a faturas de operações de venda de energia no ambiente livre de contratação. **(b)** O saldo refere-se a operações de compartilhamento de despesas administrativas com a controladora Eneva S.A. O contrato firmando entre as partes tem prazo de validade de 1 ano, sendo automaticamente prorrogado por prazos sucessivos de igual período. **18. Patrimônio líquido: 18.1. Capital social:** O capital social da Centrais Elétricas de Sergipe S.A., em 31/12/2023, corresponde a R$ 2.472.754, sendo composto por 2.472.754 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal assim distribuídas:

	2023 Quantidade	2023 %	2022 Quantidade	2022 %
Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A.	2.472.754	100%	2.472.754	100,00%
Total	2.472.754	100,00%	2.472.754	100,00%

18.2. Reserva de incentivo fiscal: SUDENE: A reserva é constituída mediante destinação da parcela do resultado do exercício equivalente ao benefício fiscal concedido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Esse benefício corresponde à redução de 75% do Imposto de Renda, no período de 10 anos. Para o exercício de 31/12/2023, a Companhia tem o saldo de R$ 14.676 de incentivo fiscal da Sudene (R$ 11.602 em Dezembro de 2022). **19. Cobertura de seguros:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.

Modalidade	Principais coberturas	Vencimento
Patrimonial (Onshore)	Danos materiais e lucros cessantes	Até março/2024
Patrimonial (Offshore)	Danos materiais e lucros cessantes	Até setembro/2024
Sabotagem e Terrorismo	Danos materiais causados por atos de terrorismo	Até dezembro/2023
Contingent Business Interruption	Danos materiais e lucros cessantes	Até setembro/2024
Responsabilidade Civil	Danos corporais e danos materiais causados a terceiros	Até janeiro/2024
D&O	Defesa dos administradores da empresa	Até agosto/2024
Transporte	Danos causados a mercadorias durante transporte nacional e internacional	Até dezembro/2024
Frota	Danos causados a frota de veículos	Até julho/2024
Patrimonial (Armazém)	Danos ao armazém	Até março/2024

O prêmio total pago pela Companhia e suas controladas para a contratação dos seguros acima mencionados é de aproximadamente R$ 56.000.000,00 em 31/12/2023.

Diretoria

Lino Lopes Cançado - Diretor Presidente

Marcelo Campos Habibe - Diretor financeiro e relação com investidores

Controladoria

Bruno Campelo - Contador - CRC 106648

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da Celse - Centrais Elétricas de Sergipe S.A. Barra dos Coqueiros - SE. **Opinião**: Examinamos as demonstrações financeiras da Centrais Elétricas de Sergipe S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 3/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Elétricas de Sergipe S.A. em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria**: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valor recuperável dos impostos diferidos ativos

Conforme nota explicativa nº 7 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia possui saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, relacionados à prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, os quais foram reconhecidos com base em estudos que contém projeções utilizadas para fundamentar a disponibilidade de lucros futuros. As estimativas dos lucros tributáveis futuros são preparadas pela Companhia e fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, que incluem premissas relevantes relacionadas: (i) ao volume de despacho e ao preços de venda de energia estimados; (ii) gastos para manutenção de equipamentos; (iii) gastos com insumos;	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Obtivemos o entendimento do processo de preparação das projeções de lucros tributáveis futuros, incluindo: a avaliação da política de aprovação dos orçamentos, a determinação das premissas e das projeções utilizadas pela Administração da Companhia e de suas controladas. - Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos: (i) a razoabilidade e a consistência das principais premissas utilizadas na preparação das projeções, que suportam o valor dos lucros tributáveis futuros. (ii) a aderência às práticas usuais de mercado para

CENTRAIS ELÉTRICAS DE SERGIPE S.A. - CNPJ nº 23.758.522/0001-52

(iv) crescimento econômico projetado para o setor; e (v) investimentos de capital. Em função dos julgamentos complexos e do alto grau de subjetividade relacionada as premissas utilizadas nas projeções para se estimar os lucros tributáveis futuros, que se fossem alteradas poderiam resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.	as metodologias e para os julgamentos utilizados na determinação das projeções; (iii) se os cálculos matemáticos foram elaborados de forma consistente e se não apresentam qualquer tipo de erro que possa impactar a estimativa das projeções de lucros tributáveis futuros; - Analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável os valores de imposto de renda e contribuição social diferido ativo e suas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31/12/2023

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 28 de março de 2024. KPMG Auditores Independentes Ltda. - CRC SP-014428/O-6 F-RJ. Luis Claudio França de Araújo - Contador - CRC RJ-091559/O-4.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

A PUBLICAÇÃO ACIMA FOI ASSINADA E CERTIFICADA DIGITALMENTE NO DIA 12/04/2024

ICP Brasil

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal da Cidade. Acesse também através do link: http://jornaldacidade.net/publicacoes-legais